

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM ANGOLA: CULTURAS E IDENTIDADES CONSTRUÍDAS E RECONSTRUÍDAS

Marciele Nazaré Coelho¹

Resumo: O presente artigo busca discutir a migração e o retorno de cidadãos oriundos da República Democrática do Congo para Angola. A compreensão das vivências destes, no que se refere a identidade e cultura constituem-se o objetivo deste artigo e na base da metodologia comunicativa foram recolhidos oito relatos comunicativos. Na sua análise destacam-se os fatores considerados obstáculos, a aprendizagem da língua portuguesa, as discriminações e preconceitos vivenciados por um lado, por outro, os que se revelam transformadores, as vivências solidárias no espaço educativo e religioso, as relações interculturais e a construção identitária a partir das referências culturais familiares. A relação entre o pertencer e o não pertencer são essenciais para a discussão da construção de uma identidade plural, dialógica e na base da igualdade.

Palavras-chave: Migrações. África. Identidade. Cultura.

CONTEMPORARY MIGRATION IN ANGOLA: CULTURES AND IDENTITIES BUILT AND RECONSTRUCTED

Abstract: The present article seeks to discuss the migration and return of citizens from the Democratic Republic of Congo to Angola. The understanding of their experiences, with regard to identity and culture constitute the objective of this article and based on the communicative methodology. eight communicative reports were collected. In this analysis, the factors considered as obstacles stand out, learning the Portuguese language, discrimination and prejudices experienced on the one hand, on the other hand, those that are transforming, solidary experiences in the educational and religious space, intercultural relations and construction identity from family cultural references. The relationship between belonging and not belonging are essential for the discussion of the construction of a plural, dialogical identity based on equality.

Keywords: Migrations. Africa. Identity. Culture

Introdução

As migrações contemporâneas trazem para o diálogo as mudanças e transformações culturais, étnicas, sociais, econômicas ou mesmo religiosas nos países de acolhida e de emigração.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS/Angola), Pesquisadora do Centro de Estudos Africanos do CIS (CEACIS) e do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar). E-mail: marcielecoelho@yahoo.com.br

No contexto da África Austral, as migrações ocorrem mais intensamente dentro das fronteiras nacionais, especialmente entre as zonas rurais e das zonas rurais para as urbanas, tendo sido consideradas como deslocados internos. Do ponto de vista teórico são considerados como migrantes econômicos, que busca por melhores condições de vida e oferta de trabalho tornam-se proeminentes (AMMASSARI, 2005). No entanto, destacam-se também, estudos acerca das migrações internacionais dentro do continente africano, especialmente, dos deslocamentos sul-sul, na África subsaariana, assumindo características diferentes de processos migratórios estudados amplamente na Europa e América.

A exploração de africanos feitos escravos em diferentes países consiste no primeiro processo de migração e de deslocamento, envolto de atos de violência e desumanidade. Neste contexto, os movimentos migratórios que ocorreram em Angola, desde os primórdios, passando pelo período colonial e pós-colonial, colocam no centro da discussão as transformações e implicações para a sociedade angolana ao longo dos tempos produzindo novas dinâmicas sociais, educacionais e produtivas que vão sendo reveladas a partir das atuais presenças dos povos dos países vizinhos e dos retornados ou regressados para Angola.

Diante deste quadro, este artigo² tem como objetivo principal analisar e refletir sobre as construções identitárias de migrantes e regressados angolanos da República Democrática do Congo³, a partir das inserções e vivências na perspectiva cultural, étnica e linguística.

As vivências, desde a sua chegada ou regresso à Angola, sejam elas transformadoras ou que se apresentam como obstáculo para uma inserção social positiva, expressam-se como questões fundamentais para a compreensão da identidade desses povos buscando um olhar para a possibilidade de vivência intercultural no âmbito da igualdade de diferenças.

O estudo do impacto das migrações africanas dos países de fronteira e dos retornados, regressados a partir dos fatores que excluem e dos fatores, que transformam é relevante para a compreensão das relações culturais, interculturais e dialógicas entre as diferentes culturas,

² Os dados apresentados neste artigo referem-se aos dados preliminares da Pesquisa intitulada “Migrações, identidade, diversidades étnicas e culturais em Angola”, desenvolvido no Centro de Estudos Africanos (CEACIS), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (Angola), desde fevereiro de 2021. A pesquisa mais ampla tem por objetivos compreender os processos migratórios, as mudanças e transformações existentes em Angola, no que se refere às tradições, culturas, línguas, modos de vida, de pensar, de agir a partir de diferentes vertentes, ou seja, educacional, política, econômica e social, identificando os fatores que dificultam e os fatores transformadores, resultantes da interação cultural, pluricultural e do diálogo intercultural vivenciado em Angola neste contexto migratório e de regresso.

³ A República Democrática do Congo também designada de RDC, que entre 1971 e 1997 era chamada de República do Zaire, faz fronteira a norte com a República Centro-Africana e Sudão do Sul, a Leste com Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste e sul com a Zâmbia, a oeste com o Oceano Atlântico e sul com Angola. A RDC foi colonizada pela Bélgica e tornou-se independente em 1960, sua língua oficial do país é o francês (DW, 2021).

línguas, etnias e povos. A partir dos relatos comunicativos têm-se a possibilidade de conhecer as vivências dos migrantes, resultantes da influência do sistema e de suas ações no mundo da vida.

No presente artigo, referenciaremos sobre teorias e abordagens teóricas dos diferentes campos da ciência sobre a temática, assim como sobre estudos e investigações referentes ao fenômeno migratório nos países africanos, de forma especial, em Angola, a partir dos movimentos migratórios internos e internacionais, destacando aqui os migrantes e ou regressados vindos da República Democrática do Congo. Constitui também escopo deste artigo apresentar a metodologia comunicativa e os pressupostos do desenvolvimento da pesquisa a partir da recolha dos relatos comunicativos. E, finalmente, discutiremos, com base em dados preliminares, as vivências e inserções dos migrantes e regressados do Congo Democrático em Angola, com base em questões relacionadas as construções e reconstruções identitárias a partir dos aportes culturais, linguísticos e étnicos.

1. Breves considerações sobre as migrações

Dois conceitos são fundamentais para a discussão, o conceito de migrações e de regressados.

No âmbito da formulação de conceitos, destacam-se o de campo migratório. Segundo Almeida e Baeniger (2013),

(...) percepção de que o fenômeno migratório vai além da própria migração levou pesquisadores a formular os conceitos de campo migratório e de espaço migratório. As noções de campo e espaço migratório permitem ao pesquisador recompor os espaços percorridos e estruturados pelo conjunto dos fluxos relativamente estáveis e regulares dos migrantes, independentemente da origem ou do destino. (p. 29)

De acordo as mesmas autoras, o campo migratório envolve outros elementos como o lugar de partida, de chegada, de instalação e de trânsito, olhando para o espaço migratório como um local transnacional que vai sendo forjado pelos fluxos migratórios em um diálogo com o lugar de partida, de passagem e de chegada destes migrantes.

Outro elemento importante, segundo Almeida e Baeniger (2013), é a forma como os conceitos de diáspora e de comunidade transnacional surgiram, ou seja, eles são forjados para dar respostas aos processos identitários e étnicos, que “(...) desprendem da apropriação territorial (material e subjetiva) realizadas pelos migrantes (...)” (p. 30).

O conceito de migração é polissêmico e possui abordagens diferenciadas de acordo as bases teóricas e aos campos científicos como a demografia, a sociologia, a economia, a história, dentre outras, que contribuem para o estudo das mobilidades humanas.

Nesta senda, podemos referenciar desde os aportes das teorias clássicas da Sociologia, ou seja, o pensamento de Marx, Weber e Durkheim e, as possíveis contribuições para a compreensão do conceito de migrações, suas causas e consequências (SASAKI; ASSIS, 2000), até as vertentes mais contemporâneas. A exemplo das diversas abordagens podemos ressaltar as Teorias Microsociológicas; as Teorias Macrossociológicas; o Modelo Push-Pull que faz parte da Teoria Econômica Neoclássica; a Teoria do Capital Humano; a Teoria do Ciclo de Vida e Trajetória Social, uma vertente de base sociológica que entende que as mudanças ocorrem nos ciclos (vida adulta, casamento ou divórcio); a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, baseada nos pressupostos de Michael Piore e, a Teoria do Mercado Dual (LACERDA, 2014; JESUS, 2015; SCHMITZ, 2015; NOLASCO, 2016).

Castles (2010) defende que há dificuldades conceituais dentro das próprias áreas, havendo discordâncias, como é o caso da Sociologia, no âmbito da teoria econômica clássica e da nova economia da migração laboral ou da abordagem funcionalista e da histórico-institucional.

O conceito de regressados, tem sido utilizado atrelado ao conceito de migração, sendo identificado como migrações de regresso (MELO, 2013), em que os ex-refugiados voltam para serem integrados em Angola.

No contexto internacional as migrações ganham cada vez mais destaque ao longo das décadas e com ela, por um lado, nota-se as ações de xenofobia, os movimentos de refugiados, de solicitantes de asilo, e por outro lado, observa-se o crescimento de políticas migratórias em diferentes países.

Nota-se, assim, uma polissemia tanto nas concepções, nos aportes teóricos e científicos para a sua compreensão, quanto nos motivos que a impulsionam, sejam, eles resultantes de conflito armado, de questões ambientais ou de condições de vida.

Importa ressaltar que a análise quantitativa acerca das migrações, ou seja, o registro do número de migrantes no mundo ou em uma realidade, em uma condição específica, seja de asilo, refugiado, migrante para o trabalho, entre outras, configura-se como importante, no entanto, nos estudos migratórios não são o aspecto mais relevante, importa compreendermos as vivências e processos de inserção na sociedade de chegada ou de retorno.

Neste íterim, considerando que as motivações e condições para a migração, permanência, a construção identitária, os laços de amizade, a inserção social, cultural e

educativa são fatores primordiais para a compreensão destes importantes deslocamentos mundiais que, cada vez mais, ganham o palco político e são alvos de estratégias dos organismos internacionais e também foco de estudo no campo do conhecimento nas diferentes áreas, apresentaremos, na sequência, as migrações africanas, de forma específica, na África subsaariana, olhando para a realidade angolana.

2. Migrações em Angola ontem e o hoje

Os processos e fluxos migratórios no continente africano, de modo específico, dos países que fazem fronteira com Angola ainda são pouco pesquisados e importa aprofundarmos na compreensão de tais fenômenos, por entender que a convivência entre os migrantes de diferentes países constitui parte da identidade dos angolanos, considerando o diálogo cultural e intercultural existente.

Luansi (2003) defende que as migrações nunca são voluntárias, são sempre motivadas por pressões econômicas, conjunturais, ambientais, sociais, culturais e por questões relacionadas a “personalidade individual ou do grupo social, que provocam os motivos inconscientes que levam à migração (...)” (p. 02).

As razões pelas quais ainda se têm poucas produções na área dizem respeito ao longo período de guerra civil vivenciado em Angola, as restritas estruturas e instituições designadas para o efeito, ou seja, a dificuldade na recolha e análise de dados acerca da intensa mobilidade humana decorrida neste período (MELO, 2013).

Destacam-se organismos internacionais dedicados ao estudo da temática como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), programas voltados ao estudo da África Austral, organizações regionais, organizações não-governamentais e, ainda, governos nacionais (MELO, 2013; LOPES, 2013a).

Na abordagem deste artigo, levanta-se dois aspectos essenciais para as análises referentes as migrações na África Subsaariana: são jovens e possuem altos níveis de mobilidade.

A mobilidade transfronteiriça no seio do continente é de certa forma facilitada pela existência de fronteiras porosas, pela insuficiente capacidade de gestão dos fluxos fronteiriços, pelas fortes ligações comerciais e culturais entre as populações e pelas disparidades de desenvolvimento entre países, enquanto as migrações intercontinentais têm cada vez mais vindo a ser objecto de controle por parte dos países receptores não-africanos. Há ainda a referir um conjunto importante de áreas e países onde o nomadismo e as deslocações comerciais sazonais assumem bastante relevância enquanto dinâmicas migratórias. Contudo, é ao nível regional que grande parte das deslocações se

processa, havendo que ter em conta, no caso de Angola, a atracção de destinos migratórios laborais como a África do Sul ou a Namíbia (LOPES, 2013a, p. 13).

Segundo o mesmo autor, as razões para os deslocamentos internos no continente teriam suas bases nos conflitos armados, nas situações de violência generalizada, nos desastres naturais ou provocados pelos sujeitos e na violação dos direitos humanos. O autor aponta, ainda, as questões econômicas e a instabilidade política como impulsionadores deste fenómeno.

Os processos de retorno dos deslocados ganham aqui destaque, pois, representam o alvo do estudo que propomos discutir. O retorno de muitos angolanos principalmente dos países fronteiriços será analisado como aspecto importante para o diálogo sobre as questões identitárias, designados como regressados.

Melo (2013) baseando-se no Relatório da Organização Internacional para as Migrações (2005), intitulado “Avaliação das Atividades de Reintegração da OIM para os Retornados e as Populações Deslocadas Vulneráveis em Angola”, aponta para as capitais das províncias do Norte de Angola como as de regresso inicial, a saber: Luena, Menongue, Huambo, Mbanza Congo e Cabinda destacando as necessidades econômicas e sociais como aspectos de relevo quando se trata das populações regressadas.

As experiências vividas no país de migração são compreendidas como pontos de reflexão e comparação com as cidades de regresso, pois, muitos tiveram oportunidades de estudo, suportes sociais e de moradia nestes locais. E no país de regresso, como vivem estes sujeitos? Que vivências compartilham como migrantes ou regressados?

Os movimentos migratórios em África é uma temática que reporta as primeiras migrações forçadas, como definem alguns autores. Acerca de tais movimentos, Luansi (2003) considera fundamental a compreensão da formação das nações étnicas, a partir dos diferentes grupos étnicos e sociolinguísticos que compõem a sociedade angolana desde seus primórdios, considerando as subdivisões, os distanciamentos e aproximações étnicas entre culturas.

Para a compreensão dos períodos migratórios em Angola e sua constituição étnica, Milagres e Santos (2013) apresentam três fases em sua composição e Lopes (2013), a partir dos dados estatísticos em Angola, ressalta quatro fases.

Os dados do Inquérito de Bem-Estar da População (2008/09), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em Angola, em sua análise distinguiu quatro momentos migratórios no país, a saber: antes de 1975; entre 1975 e 1992, antes das eleições gerais; no período entre 1992 e 2002 e, finalmente, após o acordo de paz, em 2002 (LOPES, 2013b).

Na primeira fase, a Pré-colonial, habitavam em Angola os povos Bochimanés da Língua Khoisaan. A partir do século XIII registra-se a migração de povos Bantu trazendo uma variedade de línguas para o país, marcando a presença de diferentes grupos etnolinguísticos bakongos. (MILAGRES, SANTOS, 2013).

Mildner-Spindler citado por Luansi (2003) classifica os grupos étnicos em Angola a partir da primeira identificação dos Khoi no sul de Angola e dos Bantu a partir de várias etnias espalhados por todo território.

De acordo com Mombo (1989) e Bakajika (1987), referenciado por Luansi (2003), a fundação do Reino do Congo tem relação direta com as migrações bantu, supondo que tenham vindo da atual Nigéria ou mesmo do porto do Rio Tchad. De acordo com relatos orais este teria sido fundado entre os séculos XIV e XV por um migrante chamado Nimi-a-Lukeni (LUANSI, 2003).

A partir do século XVI os ditames da política portuguesa em África viram-se para a guerra. Essas acções tiveram como objectivo a captura de escravos, para satisfazer a procura da mão-de-obra barata relacionada com a descoberta das Américas (p. 03).

De forma crítica, o autor salienta que se a escravização de africanos pelos africanos existiu nas sociedades pré-coloniais, esta escravatura certamente não estava qualificada como comércio, que se observou na sequência, pelos portugueses.

De acordo com Luansi (2003),

A intensificação da presença portuguesa e holandesa na costa ocidental incentivou o comércio de escravos e instigou as rivalidades entre os reinos vizinhos do Kongo e Ndongo. Essas rivalidades provocaram a batalha de Ambuíla em 1665, na qual participaram os portugueses e os Jagas (Imbangala) e que terminou com a derrota político-militar e a morte do Rei do Kongo (p. 04).

Luansi (2003) salienta que após essa guerra, Portugal intensificou as conquistas militares para a ocupação do Reino de Ndongo e, com isso, a possibilidade de um comércio de pessoas feitas escravas com maior organização.

Assim, a partir do século XVIII o movimento migratório com maior relevo é de portugueses. Neste momento, observa-se o período da escravatura no Reino do Congo (MILAGRES, SANTOS, 2013), reino de maior amplitude depois da conquista do reino vizinho.

Acerca dos movimentos migratórios, a ocupação colonial e a expropriação, Luansi (2003) afirma, sem pretender esgotar o assunto, que a colonização portuguesa em Angola se

assentava em três pilares: exploração econômica do trabalho obrigatório e contratado; assimilação e aculturação e, na emigração organizada.

(...) Se nos primeiros anos do século XX a presença dos portugueses em Angola era temporária, já que na maior parte se tratava de soldados ou membros da administração colonial, que depois do serviço cumprido, regressavam à terra natal, notou-se a partir de 1910 um claro acréscimo de migrantes portugueses em Angola (p. 05).

A população europeia em Angola no período de 1900 a 1973 vai ganhando força, saindo de 172 mil para 600 mil nos anos de 1973, dois anos antes da independência. Importa ressaltar que Angola era considerada como a colônia penal, pois, no período de 1900 a 1910, cerca de 1.200 portugueses foram condenados em Portugal e levados para cumprirem pena em Angola (KIVOUVOU, 1980 *apud* LUANSI, 2003). Segundo Luansi (2003), após a segunda guerra mundial têm-se o aumento de migrantes portugueses em Angola, atingindo 10% da população nas proximidades dos anos de 1975.

Em diferentes províncias em Angola as terras foram expropriadas e a população foi subordinada ao trabalho forçado, neste contexto, muitos angolanos perderam suas terras e se refugiaram nos países vizinhos ou foram obrigados a trabalhar nas fazendas de café no Norte de Angola. Por outro lado, abandonaram as zonas rurais e os colonatos, para a região urbana, aumentando, assim, o desemprego (LUANSI, 2003).

Nesta segunda fase, intitulada Colonial, têm-se a expressiva presença portuguesa promovendo a assimilação e a aculturação dos angolanos, mas, por outro lado, este período também é marcado pela resistência, a partir da língua e da cultura, especialmente a resistência feminina, como por exemplo, a Rainha Nginga. A partir de 1975, Angola vivencia um novo período, com o aumento das migrações internas após a independência (MILAGRES, SANTOS, 2013).

De acordo com os autores citados acima, os movimentos migratórios podem ser compreendidos, ainda, a partir de uma terceira fase, a Pós-Colonial, marcada pelo conflito armado que cessou apenas em 1990 e que intensificou os deslocamentos das áreas rurais para a urbana, por questões de refúgio ou por questões bélicas (a manutenção de angolanos em cativeiros em região distinta do local de nascimento e moradia).

Nesta terceira fase, estima-se que mais de cinco mil angolanos foram refugiar-se na República Democrática do Congo, Congo Brazaville e Zâmbia (MILAGRES, SANTOS, 2013).

Neste sentido, a história migratória em Angola, na sua forma mais recente, esteve associada aos conflitos internos decorridos desde 1975 até 2002, especialmente da área rural para a urbana (LOPES, 2013b).

Nota-se que os conflitos armados são aspectos relevantes no impulsionamento dos movimentos migratórios, especialmente, após os anos de 1992. Tais mobilidades trazem para o contexto atual de Angola novas configurações identitárias e culturais, pois, as experiências e vivência de lá e de cá, constroem-se interculturalmente.

O quarto período, posterior aos anos de 2002 (LOPES, 2013b), ganha destaque para a discussão que aqui se apresenta, pois compõe o período de regresso dos angolanos e migrantes da República Democrática do Congo para Angola, após o acordo de paz.

No que tange a produção científica sobre tais migrações, a partir dos anos de 2000 registra-se uma maior produção. Podermos destacar as migrações de angolanos para diversos países da europa, como França, Bélgica e Portugal, para a américa, como Brasil e para os países fronteiriços, como já mencionado.

A migração de angolanos para a França e Bélgica ganha destaque, especialmente, dos povos do norte de Angola, por conta da proximidade com a língua, pois, faz fronteira com países francófonos.

No âmbito dos estudos acadêmicos, de modo específico, destacamos a presença angolana em Portugal, que, segundo António (2013), com base na abordagem antropológica, o bem-estar tem sido identificado como uma das motivações centrais da migração de estudantes angolanos do ensino superior, sem desconsiderar a questão socioeconômica.

Ainda sobre a migração de angolanos para Portugal, Cleveland (2013) apresenta as vivências e experiências de jogadores de futebol que migraram entre 1949 e 1975 e de seus descendentes, motivadas por melhores condições de trabalho e de vida. A assimilação cultural é destacada como uma estratégia de adaptação ao país.

Importa ressaltar que, se por um lado temos a migração de angolanos para Portugal, por outro, nas últimas décadas temos a vinda de portugueses para Angola.

No contexto das pesquisas sobre migrações de portugueses para Angola, Jesus (2015), destaca o período de 2008 a 2013, trazendo a motivação econômica como principal motivo para o ato de imigrar.

Dessa forma a mobilidade de portugueses para Angola possui destaque não apenas no período colonial, mas na atualidade, com propósitos bastante díspares.

No que se refere as migrações no contexto dos países fronteiriços, destacamos, inicialmente, Marques (2003), Human Rights Watch (2005) e Kaun (2008) que trazem a

temática das mobilidades e deslocamentos, considerando a integração ou reintegração de retornados e de refugiados em Angola, principalmente vindos da República Democrática do Congo e Zâmbia, abordando as suas vivências no país de retorno (LOPES, 2018).

A Organização Internacional para as Migrações (IOM) apresenta diferentes pesquisas publicadas em artigos e relatórios acerca da temática. Destacam-se três estudos: a) um estudo proveniente do *Workshop* Migração a nível Ministerial para a África Austral (MIDSA) sobre migrações e desenvolvimento na África Austral, realizado em 2004, na Tanzânia, que apresenta a situação migratória em Angola e na Zâmbia com destaque para migrantes com habilidades e a abordagem das políticas governamentais para o setor (IOM, 2005); b) um estudo que contempla os tipos de relações que os migrantes angolanos em Portugal e os que vivem na África do Sul mantêm com o país de origem, especialmente no que se refere ao envio de remessas (IOM, 2009) e c) as boas práticas em diferentes países em que há populações deslocadas e crises, buscando mapeá-las, sendo analisados 35 países no período de 2010 a 2014 na Ásia, África Oriental, Chifre da África, África Austral, África Ocidental e Central, Américas, Oriente Médio, Norte da África e Europa (IOM, 2016).

Melo (2013), considerando o período de 1975 a 2002, aborda a migração de regresso de angolanos vindos da Namíbia, República Democrática do Congo e Zâmbia afirmando, a partir dos resultados de pesquisa, a melhora nas condições de vida dos ex-refugiados após o regresso ao país, mas destaca que o potencial destes angolanos não é totalmente aproveitado para o desenvolvimento do país.

Robson e Roque (2001) trazem à discussão, entre outros aspectos, a condição de migrante como deslocado interno, referindo-se à população deslocada essencialmente das zonas rurais para as periferias dos grandes centros urbanos de Luanda, Lubango e Huambo, p

rovíncias de Angola. Na mesma senda, Lopes, Rodrigues e Simas (2013), abordam o acesso à saúde e a urbanização, apresentando estudos sobre migrações internas em Angola a partir dos contextos de Luanda, Huambo e Benguela.

No âmbito das migrações e suas relações com o desenvolvimento, no contexto angolano, destaca-se Lopes (2013a), que aponta o seu impacto a partir da análise da Agenda Global de Desenvolvimento pós-2015.

Lopes (2013b), embora destaque as dificuldades na obtenção dos dados quantitativos sobre a temática, ressalta o crescimento da migração feminina nos países africanos, sendo que há paridade de gênero nestas, além de apresentar dados sobre os refugiados e deslocados, os países de saída e de acolhimento, de modo especial, no contexto angolano.

Muller (2016) traz a situação dos refugiados congolenses da República Democrática do Congo, no Norte de Angola, em Cabinda e Lunda Norte, com destaque para as políticas migratórias existentes para os refugiados e suas relações com a comunidade local e com as organizações internacionais.

Lopes (2018) reflete sobre o processo de retorno e reintegração de refugiados angolanos, especialmente na RDC e também de refugiados da RDC para Angola, suas características, trajetórias e mobilidades internas no período de 2002 a 2018.

Chico (2018) busca retratar a situação de Angola dois anos após a visita do relator especial da ONU para os Direitos Humanos, essencialmente no que se refere aos refugiados.

À guisa da revisão da literatura, Inglês (2018) destaca as pesquisas realizadas em Angola sobre mobilidade humana traz à reflexão as diferentes categorias e classificações designadas a partir das agências internacionais, organizações não-governamentais, decisores políticos e pesquisadores.

Outro destaque refere-se ao documento que abrange o período de 2019 a 2023, trazendo a estratégia regional da IOM para o sul da África, identificando estratégias para orientar o seu trabalho na região, de acordo com a Agenda 2030, no âmbito dos “Objetivos do Desenvolvimento sustentável e o Pacto Global para a Migração”. No âmbito das estratégias, inserem-se preocupações acerca das vulnerabilidades em termos de proteção, migração irregular, desenvolvimento para o país de origem e de destino e as questões relacionadas a mão-de-obra (IOM, 2019a).

Nesta breve incursão pelas produções científicas sobre a temática destacam-se abordagens tanto dos processos migratórios internos, movimentos de deslocamento, mobilidade e refúgio tanto dos movimentos migratórios externos e de situações de regresso para Angola.

A partir da presença de angolanos regressados que estiveram longo tempo refugiados nos países vizinhos ou descendentes de refugiados, importa aqui compreender como constituem-se enquanto sujeitos de cultura, com uma ou várias línguas, modos de pensar, de ser e de estar a partir das experiências vividas fora do país e em Angola.

A articulação entre a intersubjetividade e a noção de identidade intercultural, no âmbito dos deslocamentos e das ações de migrações e de regresso para Angola, pode ser compreendida como essencial e parte da riqueza cultural e étnica do país a partir do olhar da igualdade de diferenças.

Portanto, a constituição das identidades se coloca como uma questão importante no contexto atual da sociedade do conhecimento e da informação (CASTELL, 2000) que aproxima

culturas, modos de ser e estar e, oferece às novas sociedades, novas questões, especialmente, no que se refere a sua pluralidade e unidade.

A questão da unidade nacional é uma preocupação dos países africanos em geral, e Angola encontra-se também com esta preocupação. Apesar das fronteiras herdadas da colonização e estas serem respeitadas, elas são artificiais, pois, separaram compulsoriamente povos e desmembra estados pré-coloniais, ou seja, as nações étnicas existentes desde os movimentos migratórios dos povos bantus (LUANSI, 2003), como já ressaltado anteriormente.

Os deslocamentos e movimentos migratórios, quando pensados dentro do contexto da diversidade cultural, pressupõem uma forma de compreensão que engloba a transformação social, no âmbito da igualdade, garantia de direitos e de oportunidades.

As migrações, dentro do referencial de Castles (2010), são destacadas também pelos seus aportes positivos, ou seja, as possibilidades que poderá oferecer ao país de saída, como o retorno de remessas, de tecnologias, ideias e inovações. O autor entende as migrações como parte das dinâmicas atuais das sociedades e proporcionam mudanças sociais, ressaltando ainda, as mobilidades internas como parte deste processo, considerando que as internacionais são em menor número em todo o mundo.

Castles (2010) aponta que o problema migratório está nas condições desiguais das migrações, na exploração da mão-de-obra e não propriamente no deslocamento, pois, considera que são fruto das sociedades atuais.

Nas falas, trajetórias e vivências dos imigrantes, que proporcionam um olhar acerca do que vivem, como vivem, suas formas de se entender no mundo e na sociedade de imigração ou de regresso, os conhecimentos partilhados na relação entre e no interior das culturas, seus processos identitários e diálogos culturais, étnicos e linguísticos, buscamos compreender os decursos desse contato, diálogo e também conflito em que sua pertença de nascimento é Angola, mas esteve em um país distinto durante a maior parte de sua vida ou nasceu em outro país, mas é angolano. Assim, questionamos: como constroem suas identidades? Consideram-se angolanos ou não? Que identidades reconhecem? A terminologia de regressados, apresenta toda a complexidade do processo de ser, estar e pertencer a este ou aquele país?

Nesta senda, apresentamos na sequência como se constroem, reconstroem e ganham sentido estas identidades a partir de uma leitura intercultural da realidade social, permeada pela metodologia comunicativa.

3. Aportes metodológicos comunicativos na busca da compreensão do contexto das migrações em Angola

A pesquisa, cujas bases fundamentam a escrita deste artigo, possui como aporte a metodologia qualitativa, que busca por meio das teorias e metodologias duais compreender o percurso das migrações e movimentos de regresso para Angola, de modo especial vindos da República Democrática do Congo⁴, a partir da metodologia comunicativa.

A perspectiva metodológica de investigação comunicativa vem sendo desenvolvida pela Comunidade de Pesquisa de Excelência para Todos (CREA), na Universidade de Barcelona, com base nas abordagens teóricas dialógicas, traz a compreensão dos contextos sem que exista um desnível de análise entre pesquisador e pesquisado, em que os participantes, a partir das diferentes técnicas comunicativas, dialogam com a realidade social em busca de significados, a partir da interpretação de pesquisadores (GÓMEZ, LATORRE, SÁNCHEZ, FLECHA, 2006). De acordo com estes mesmos autores, o modelo de análise da metodologia comunicativa envolve a transcrição da informação, a codificação, o agrupamento, descrição e a interpretação dos dados, destacando as dimensões excludentes e as dimensões transformadoras. As excludentes relacionam-se com as interpretações, reflexões e pensamentos que contribuem para as desigualdades sociais e as dimensões transformadoras proporcionam a mudança social e educativa.

Dentre os instrumentos de recolha de dados elegemos os relatos comunicativos, a partir das vivências cotidianas, no presente e no passado, olhando para as ações no futuro, favorece uma compreensão do mundo da vida, dos saberes e vivências dos participantes, as questões dialogam com a abordagem teórica e os objetivos da pesquisa (GÓMEZ, LATORRE, SÁNCHEZ, FLECHA, 2006).

Na primeira etapa da pesquisa, na qual buscamos nos ater na presente análise, constam 8 participantes do sexo masculino, na faixa etária dos 30 aos 50 anos, atualmente, a maioria, exerce atividade remunerada em sua área de formação ou continua exercendo profissão que possuía no país de saída.

⁴ A pesquisa foi desenvolvida dentro dos padrões éticos, na base do consentimento livre esclarecido assinado por todos os participantes, em que foi explicado o objetivo e as implicações de uso dos dados recolhidos a partir dos relatos comunicativos. A primeira etapa da pesquisa está composta por 8 participantes, todos do sexo masculino, com idade entre 30 e 50 anos. Os encontros com os participantes decorrem nos locais identificados por eles, tendo sido realizado de 2 a 5 encontros por participante e foi garantido o sigilo dos dados de identificação dos participantes.

O processo de recolha dos relatos comunicativos foram realizados no período de 4 meses (abril a agosto de 2021), com um primeiro contato de apresentação da pesquisa, dos objetivos e meios de divulgação científica dos dados, os preceitos éticos, a autorização por meio de consentimento livre e esclarecido e a recolha dos dados por meio de quatro partes: a) vivências e diálogos sobre ser migrante ou regressado em Angola; b) experiências vividas no campo da educação lá e cá; c) inserção no mercado de trabalho em Angola e d) experiências e vivências culturais, étnicas, identitárias e linguísticas.

Os relatos comunicativos, após a transcrição, foram organizados em categorias de análises que foram sendo construídas na interrelação com os participantes e os aportes teóricos sobre a temática. O diálogo intersubjetivo coloca-se como fundamental na metodologia comunicativa, na qual sujeito e mundo da vida dialogam em interações subjetivas orientadas a compreensão e a ação na realidade social (GÓMEZ, DÍEZ-PALOMAR, 2009).

A partir da identificação das dimensões que se apresentam como obstáculo e as transformadoras, no âmbito dialógico, buscou-se entender a realidade e perspectivar as possibilidades de transformação social.

4. A inserção de migrantes e regressados em Angola: diálogos identitários

De acordo a Organização Internacional para as Migrações (IOM) no *Africa Migration Report de 2020* (IOM, 2019b), 94% das migrações que ocorrem no continente africano para outros continentes têm a forma regular e estas, não representam mais de 14% de todos os migrantes no mundo, enquanto, que, a Ásia representa 40% e a Europa 24%. Por conseguinte, segundo dados da União Africana, entre os anos de 2008 e 2017 registra-se um aumento da mobilidade intra-africana.

As migrações não são entendidas e acolhidas da mesma forma para com sujeitos de países diferentes. Elboj et al. (2002), acerca da realidade europeia, afirma que receber migrantes da Alemanha ou da França não é visto da mesma forma que receber migrantes de um país africano.

Para o contexto africano, de modo particular, Angola, a presença dos congolese ganha uma compreensão diferente quanto aos outros imigrantes da Europa ou América. Como podemos observar na fala do participante quando traz os estereótipos que existem sobre os congolese e os que vivem em bairro habitado pela maioria de estrangeiros ou de angolanos regressados.

(...) tendo em conta as dificuldades que nós passamos (...) não queremos deixar isso para os nossos filhos (...) eu não gosto de viver (...) nos bairros (...) que já tem características de ser um bairro de regressados, ou dos que, onde se encontra mais as pessoas vindas do Congo Democrático, não gosto destes bairros, simplesmente não quero criar meus filhos ali, porque eu sei que vão já sair dali com um certo preconceito, vão ter dificuldades de integração (...). (Entrevistado M3 – M.)

A vivência da diversidade de forma respeitosa e dialógica se coloca como aspecto importante para os migrantes e regressados, mas por outro lado, se coloca como uma dificuldade, permeada pelos estereótipos e discriminações sofridas.

A multiculturalidade está presente em todas as sociedades, não sendo possível a busca por uma igualdade baseada na homogeneização e etnocentrismo ou na concepção de que a diversidade é tão relativa que não há espaço para a igualdade. Por outro lado, a igualdade dentro e no diálogo com a diferença favorece a compreensão da diversidade de culturas, etnias, formas de ser e de estar que valoriza e dialoga com e dentro delas (FLECHA, GÓMEZ, 1995).

A vivência da diversidade como igualdade, no âmbito da igualdade de diferenças é reconhecida como importante nos relatos dos entrevistados quando ressaltam a dificuldade de adaptar-se a um país que embora seja o local de nascimento de seus pais e antepassados ou deles, não se sentem como parte da cultura, pois possuem dificuldades de inserção por considerarem que hoje possuem uma identidade que é intercultural.

O não pertencimento torna-se um sentimento relatado pelos entrevistados quando estão em Angola, colocando questões profundas sobre a construção do ser angolano e da sua identidade.

Depois de tanto tempo (...) 11 anos aqui em Luanda (...) precisamente agora que posso dizer que estou no meu país, mas na primeira fase, nos primeiros 10 anos eu próprio não estava a acreditar que eu era angolano, no sentido que houve muitas discriminações, apesar que continuam, mas conseguimos superar essas situações, eu posso dizer que agora me sinto angolano mas nos 10 anos passado não, porque há muitas discriminações aqui em Angola, nós angolanos, a dificuldade dos nossos irmãos que nasceram aqui, cresceram aqui (...) mesmo na minha própria família é difícil os que ficaram aqui nos considerar como irmão, e se ele te chama irmão, ele vai acrescentar no fim, esse aqui é o nosso irmão que veio do Congo, para fazer a diferença, pode estar numa festa ou num encontro em família, vão ver que há dois grupos, um grupo dos que vieram do Congo e outro grupo dos que nasceram aqui, cresceram aqui, nunca foram em outros países, essas discriminações foram muito graves (...). (M4 – F.)

Por outro lado, outros manifestam que são discriminados e sentem a dificuldade de pertencimento em Angola e no período que viveram na República Democrática do Congo, conforme revela o participante sobre a identidade a partir da cultura angolana.

Esse é um verdadeiro debate (...) uma vez que eu fui tratar um documento (...) e (...) fui (...) discriminado, só através do nome (...) eu tive que reagir, e dizer: será que você já viveu fora de Angola? Ele disse não. (...) pergunta a quem já viveu fora de Angola principalmente nestes países como o Congo Democrático, vai te dizer qual é a discriminação que a gente vive (...) porque já se sabe que você é angolano e tem um nome, mas curiosamente quando essas mesmas pessoas saem daí e voltam aqui em Angola de novo são estrangeiros (...) posso até dizer que nós nos sentimos, as vezes, como apátrida, porque ali lutamos com os preconceitos, esses aí são os filhos refugiados, não é? (...) Éramos sempre reconhecidos, voltamos aqui, é (...) essa situação (...) Agora, a questão é, me sinto angolano (...)? Sempre nos foi dito que nós somos angolanos, [pelos] nossos pais, apesar de vivendo lá. (M3 – M.)

A ideia de pertencimento e a necessidade de se sentir parte de uma cultura, de um grupo está presente nas falas dos participantes e se entrecruzam. Quando estão em Angola identificam a dificuldade de adaptação à cultura, língua, a forma de ser e não são reconhecidos como angolanos e quando viviam no Congo Democrático, também afirmam ser reconhecidos como estrangeiros. O não pertencimento a uma e outra cultura permeia as vivências identitárias e culturais, conformedo pelos participantes da pesquisa.

A igualdade de diferenças tem como pressuposto a vivência de uma igualdade real, em que todas as pessoas têm o igual direito de viver de forma diferente e de ser tratadas de forma igualitária, com respeito e sob os princípios da dignidade, aspectos essenciais para a sociedade da informação (AUBERT et al., 2008). Ser angolano ou angolana com características da outra nacionalidade a que pertence não deve ser visto de forma desigual, pois a construção identitária dos sujeitos é plural e dialógica.

A sociedade da informação que estuda diferentes fenômenos atuais e de transformação social traz contribuições para o estudo das migrações na medida em que possibilita a compreensão de que as culturas estão em contato e diálogo, pois a comunicação e a informação são destacadas e podem contribuir trazendo o pressuposto da igualdade, mesmo diante de uma grande diversidade de informação, de cultura e de sociedade.

Segundo Flecha, Gómez e Puigvert (2001), a igualdade de diferenças possibilita que pessoas diferentes vivam no mesmo território, gozem de direitos iguais e que tenham suas identidades vivenciadas e respeitadas. Na sociedade da informação, em que a desigualdade e as discriminações estão presentes, olhar os movimentos migratórios na vertente da igualdade se apresenta como possibilidade da vivência da pluralidade identitária de ser angolano, podendo ser, estar e constituir-se na relação entre as culturas de Angola e do Congo Democrático.

Ser africano, muitas vezes, o coloca em uma condição de nação, de etnia, o que dificulta a identificação e a separação entre os países africanos. As idas e vindas entre um país e outro, o movimento constante entre as fronteiras, especialmente entre Angola e a RDC é uma realidade para ambos, o que leva a uma dificuldade na concepção de fronteira, limite territorial, considerando, como havíamos mencionado anteriormente, a ideia de um povo de um mesmo reino.

A igualdade, como um objetivo maior do que a diversidade e a diferença (ELBOJ et al., 2002), pode ser encontrada nas falas dos participantes quando eles indicam que as fronteiras que separavam a RDC de Angola foram pautadas tempos depois, separando um reino, e que não existe em termos de separação cultural, exemplificando com o fato de que há uma mobilidade intensa entre Cabinda (província do norte de Angola) e a RDC, ressaltando ainda, a questão da língua que é comum, o lingala.

Tal aspecto fica evidente no relato de M6 – J.B, ao falar sobre o lingala nos diz:

(...) nossa língua [Lingala] que saí no Congo com a que se fala aqui [é diferente], mas se você está falar com alguém uma coisa boa parece que está ofender (...), “olha esse langa [está a] falar comigo assim (...)” afinal não. (...) não estou a falar bem português mas quero só uma coisa pra me explicar (...) vai ver também está [a] responder mal, “sai daí, vai no teu país”, afinal, assim não dá. Se alguém não sabe falar bem e está a te falar uma coisa boa, ou é estrangeiro, mas você fica contente para lhe responder, fica-se também com alegria, [essa] é boa pessoa⁵.

O domínio do lingala que se coloca como um ponto de aproximação entre os angolanos nascidos em Angola e os nascidos no Congo, em alguns momentos se coloca como obstáculo, quando a língua portuguesa é utilizada como marca do pertencer ou não pertencer aquele povo e cultura. A questão identitária se coloca, a partir dos aspectos referenciados anteriormente e das falas dos participantes como uma grande questão de estudo, ou seja, qual o lugar de si e do outro? Como se veem? Como angolanos, congolese ou um diálogo entre as duas culturas?

Na busca de diálogo sobre tais questão, o entrevistado 3 nos diz: “Agora, a questão é, me sinto angolano (...)? Sempre nos foi dito que nós somos angolanos, nossos pais, apesar de vivendo lá”. (M3 – M.), da mesma forma para o Entrevistado 7, “Se o pai é angolano, mãe angolana, você também é angolano. (...) como os pais são angolanos, tem que voltar (...)”. (M7 – A.L).

⁵ A expressão “langa” é uma atribuição estereotipada designada para referir a aquela pessoa que nasceu no Congo ou Zaire, em termos territoriais e não é considerada angolana nas suas interações, embora muitos possuam a dupla nacionalidade ou a nacionalidade angolana.

É possível perceber a complexa formação identitária dos migrantes considerados regressados, migrantes ou estrangeiros. A questão da dupla pertença se coloca como um aspecto importante para a análise, pois, está intrinsecamente relacionado com a interculturalidade na construção identitária de sujeitos e famílias, que viveram grande parte de suas vidas no Congo Democrático e na idade adulta regressam para Angola. Os diálogos étnicos e linguísticos, no interior das culturas, são revelados nas falas dos participantes.

Aqui quando cheguei, a única dificuldade no início era a língua [portuguesa], (...) o francês, enquanto, que, uma língua latina tem algumas semelhanças (...) E uma coisa era importante é que quando fui na igreja, é que o intérprete (...) faz a interpretação literal para a língua portuguesa. (...). (M5 – A.P)

O espaço religioso também se constitui como espaço de aprendizado da língua como revela o entrevistado. O mesmo participante continua dizendo que “(...) falava lingala, francês e o próprio kicongo (...) e a língua materna também, aqui que se chama fiote”.

A proximidade linguística da língua lingala é um fator que identifica-se como transformador, pois, aproxima sujeitos e famílias, considerando que também é uma língua falada em algumas regiões de Angola, mas por outro lado, a falta de domínio da língua portuguesa se coloca como um obstáculo, desde a comunicação cotidiana até a busca por inserção no mercado de trabalho.

(...) primeiro obstáculo, minha primeira dificuldade é o domínio da língua porque quem não domina a língua, a primeira impressão dos nossos irmãos angolanos de cá, eles dizem que você é Zaireense (...) você é estrangeiro porque não domina, pode ser angolano, mas (...) você não domina a língua (...) o tratamento é outro (...). (M1 – N.)

No entanto, a contribuição de outros angolanos no processo da aprendizagem da língua foi apontada por M4 – M., em sua prática profissional:

não foi nada fácil (...) passei por uma formação num centro de língua, também na altura fui fazendo esse pequeno estágio informal e já ganhava pelo menos essa capacidade de interagir (...) então, foi também um processo muito difícil, só que felizmente nós contamos na altura com a ajuda dos estudantes, ajuda deles, então, em que sentido, primeiro, o primeiro contacto a questão era já de falar com os estudantes, que eu me formei praticamente em uma língua diferente daquilo que eu estou aqui a exercer, então qualquer seja algumas falhas que vocês podem notar, melhor é neste caso, vocês me ensinarem a língua enquanto eu estou a ensinar a matéria, mas isso não foi nada fácil, porque sempre havia pessoas que vinham aproveitar essa situação, e menosprezavam o professor (...) mas, a questão era exatamente da língua (...) como já disse muitos desses estudantes também foram aqueles que nos ajudaram (...) em muitas coisas, por exemplo, (...) nos apontamentos podem surgir alguns erros e eles vinham, não professor, é assim (...) com toda

amabilidade, é uma língua a gente estava praticamente a aprender, é assim que fomos aprendendo até hoje.

Na diversidade das línguas nacionais angolanas, o lingala como um língua comum para os dois países nos colocam questões de proximidades entre a cultura, modo de vida e tradições de Angola e do país de origem dos participantes, revelando-se como um aspecto transformador, da mesma forma, a colaboração e a solidariedade por parte de alunos no processo dialógico e transformador na aprendizagem da língua portuguesa.

Por outro lado, a construção da identidade cultural traz aspectos que se revelam como transformadores mas, também, como obstáculos nesta convivência, quando são pautadas por discriminações e preconceitos, conforme revelam os participantes.

A diversidade interna do país se coloca como uma questão importante para esta análise, pois, conforme afirma Pleyers (2004), será preciso gerir esta diversidade para a realização de projetos coletivos e a construção de uma identidade coletiva, mas que ao mesmo tempo não busque homogeneizar, ou seja, que dê lugar as diferenças e as identidades próprias, respeitando e proporcionando a igualdade de direitos e de oportunidades.

Importa referir que, o diálogo entre e no interior da diversidade cultural, étnica, social e linguística de Angola, se apresenta como fundamental para o conhecimento da diversidade de ser angolano e angolana, sem descurar da noção de unidade.

Considerações Finais

No desenvolvimento da pesquisa e nas compreensões das vivências entre os participantes foi possível entender dois diferentes processos: transformações e dificuldades. As dificuldades foram reveladas na aprendizagem da língua portuguesa, na formação da identidade angolana a partir de experiências no Congo Democrático, nas vivências em Angola após o regresso. Por outro lado, processos transformadores também foram sendo tecidos, as relações solidárias nos processos de ensino e aprendizagem da língua portuguesa, as tradições e culturas marcando o “ser angolano” a partir da cultura e língua dos pais, assim como o diálogo entre o vivido no Congo e o vivenciado em Angola.

A construção das identidades a partir das referências culturais e linguísticas dos pais, quando os participantes afirmam que seus pais são angolanos e por isso eles também o são, e a os diálogos e vivências culturais, sociais, educativas e étnicas no cotidiano do país de regresso quando compreendidos pelo viés intercultural, constituem-se como possibilidade de um processo igualitário.

A noção de pertencer e de não pertencer perpassa os relatos dos participantes trazendo para o diálogo as estratégias de convivência na diversidade. A necessidade do diálogo na diversidade e a percepção da complexa construção identitária sinalizam a importância de análises aprofundadas sobre o tema a partir de uma concepção dialógica e plural do que é ser e constituir-se como migrante e regressado em Angola.

A igualdade de diferenças se coloca como central dentro da noção de construção identitária plural e dialógica por possibilitar que angolanos possam ser angolanos mesmo quando nasceram na República Democrática do Congo, não possuem o domínio da língua portuguesa ou não compartilham todos os hábitos e costumes angolanos, pois, a identidade destes é construída na relação e diálogo com outras culturas e referências identitárias.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, G. M. R.; BAENIGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENIGER, R. (org.). *Migração internacional*. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 23-34, 2013. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecao/VOLUME_09.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

AMMASSARI, S. Migration and development: new strategic outlooks and practical ways forward – The cases of Angola and Zambia. IOM. *Migration Research Series*, n. 21, jun., 2005. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/mrs21_0.pdf Acesso em: 12 ago. 2021.

ANTÓNIO, M. Os estudantes angolanos do ensino superior em Lisboa: uma perspectiva antropológica sobre as suas motivações e bem-estar subjetivo. *Revista Análise Social*, v. 48 (3º), n. 208, p. 659-682, jul. 2013. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_d03.pdf Acesso em: 07 ago. 2021.

AUBERT, A. et al. *Aprendizaje dialógico en la sociedad de la información*. Barcelona: Hipatia Editorial, 2008.

CASTELL, M. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. La sociedad Red. 8. ed. V. I. Madrid: Alianza Editorial. 2000.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. *Revista Interdisciplinas da mobilidade humana*. Brasília, ano 18, v. 18, n. 35, p. 11-43, jul./dez., 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042012002> Acesso em: 30 maio 2021.

CHICO, A. The human rights of migrants in Angola: two years after the visit of the UN special observer. REMHU, *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 54, p. 61-76, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/gGbzJFWVRsJDq55fxrZRLhm/abstract/?lang=en> Acesso em: 11 jun. 2021.

CLEVELAND, T. Following the ball: african soccer players, labor strategies and emigration across the portuguese colonial empire, 1949-1975. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 26, p. 15-41, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1109> Acesso em: 11 jun. 2021.

DW. *República Democrática do Congo*. Notícias. 01/10/2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo-rdc/t-19555769> Acesso em: 03 out. 2021.

ELBOJ, C. S. et al. *Comunidades de aprendizagem: transformar la educación*. Espanha: Graó, 2002.

FLECHA, Ramón. Investigar desde la igualdad de las diferencias. In: TOURAINE, A. et al. *Conocimiento e identidad. Voces de grupos culturales en la investigación social*. Barcelona: El Roure, 2004. p. 34-49.

FLECHA, R.; GÓMEZ, J. *Racismo: no gracias. Ni moderno, ni posmoderno*. Barcelona: Roure, 1995.

FLECHA, R.; GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Barcelona: Paidós Studio, 2001.

GÓMEZ, A. G.; DÍEZ-PALOMAR, J. Metodología Comunicativa Crítica: transformaciones y câmbios en el S. XXI. *Revista Eletrónica Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información*, v. 10, n. 3, p. 103-118, nov. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2010/201014898007.pdf> Acesso em: 20 ago. 2021.

GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SÁNCHEZ, M.; FLECHA, R. *Metodología comunicativa crítica*. Barcelona: El Roure Editorial, 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. Coming Home: Return and Reintegration in Angola. *Human Rights Watch*, v. 7, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2005/03/16/coming-home/return-and-reintegration-angola> Acesso em: 18 jun. 2021.

INGLÊS, P. Globalizzazione, mobilità umana e creatività: rivisitando categorie a partire da tre casi di migrazione forzata in Angola. *REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, p. 95-113, set./dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/XS9JLCVnygmnP3Zpqt3Y46B/?lang=it&format=pdf> Acesso em: 10 ago. 2021.

IOM. International Organization for Migration. *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*. IOM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs39.pdf> Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Contributions to progressively resolve displacement situations: compendium of activities and good practice. *World Migration Report*, IOM, 2016. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/books/iom-contributions-progressively-resolve-displacement-situations-compendium-activities-and> Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. Migration and development: new strategic outlooks and practical ways forward. The cases of Angola and Zambia. *Migration Research Series*, n. 21, 2005. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs21_0.pdf Acesso em: 05 ago. 2021.

_____. Regional Strategy for Southern Africa 2019-2023. *World Migration Report*, IOM, 2019a. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/iom-regional-strategy-southern-africa-2019-2023> Acesso em: 10 ago. 2021.

_____. *World Migration Report – 2020*. IOM, 2019b. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf Acesso em: 12 ago. 2021.

JESUS, N. M. P. *Migrações recentes de Portugueses para Angola: contextos e estratégias*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40807/1/Dissertação%20Nuno%20Jesus.pdf> Acesso em 08 jul. 2021.

KAUN, A. When the Displaced Return: challenges to ‘Reintegration’ in Angola. *New Issues in Refugee Research. Research Paper* n. 152. Washington D.C.: Office of Refugee and Asylum, USCIS, and UNHCR Policy Development and Evaluation Service, 2008. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/47a315402/displaced-return-challenges-reintegration-angola-alexandra-kaun.html> Acesso em: 11 jul. 2021.

LACERDA, M. F. Diálogo teórico das Migrações Internacionais: desafios eminentes a uma compreensão holística. *Áskesis*, v. 3, n. 1, p. 159-169, 2014. Disponível em:

<https://silo.tips/download/dialogo-teorico-das-migraoes-internacionais-desafios-eminentes-a-uma-compreensao> Acesso em: 11 jul. 2021.

LOPES, C. M. *Reforçar a gestão de dados sobre as migrações em Angola: avaliação e recomendações*. ACP, Observatory on Migration, International Organization for Migration, 2013b. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/angola.pdf> Acesso em: 11 jul. 2021.

_____. Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2018. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 54, p. 61-76, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/DqMytf3yRMG5LVCxvPgG7TD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. *Tema de Reflexão: o Impacto da Migração para o Desenvolvimento, Desafios e Oportunidades para Angola*. Agenda Global de Desenvolvimento pós 2015. IOM. Organização Internacional para as Migrações, 2013a. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/tema-de-reflexao-o-impacto-da-migracao-para-o-desenvolvimento-desafios-e-oportunidades-para> Acesso em: 11 jul. 2021.

LOPES, C. M.; RODRIGUES, C.; SIMAS, G. *Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola*. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/caminho-da-cidade-migracao-interna-urbanizacao-e-saude-em-angola> Acesso em: 11 jul. 2021.

LUANSI, L. Angola: movimentos migratórios e estados precoloniais – identidade nacional e autonomia regional. INTERNATIONAL SYMPOSIUM ANGOLA ON THE MOVE: TRANSPORT ROUTES, COMMUNICATION AND HISTORY. Berlin, 24-26, Sep. 2003. Disponível em: <https://emigratecaportuguesa.files.wordpress.com/2015/04/2003-angola-movimentos-migratc3b3rios-e-estados-precoloniais-identidade-nacional-e-autonomia-regional.pdf> Acesso em: 27 mar. 2021.

MARQUES, N. Struggling through Peace: Return and Resettlement in Angola. *Human Rights Watch, Africa Division*, v. 15, n. 16, p. 1-33, 2003. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2003/08/15/struggling-through-peace/return-and-resettlement-angola> Acesso em: 18 jun. 2021.

MELO, A. *Regresso a uma vida melhor: a integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola*. Bruxelas: IOM, ACP, Observatory on Migration, 2013. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/regresso-uma-vida-melhor-integracao-dos-ex-refugiados-angolanos-apos-o-seu-regresso-angola> Acesso em: 27 mar. 2021.

MILAGRES, S.; SANTOS, L. *Fluxos migratórios em Angola*. Luanda: Mayamba, 2013.

MULLER, Paulo. Situation and context: migratory policies and interactions with refugees in northern Angola. *REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, v. 24, n. 47, p. 175-193, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4070/407057796004/407057796004.pdf> Acesso em: 17 jun. 2021.

NOLASCO, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Coimbra: *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, v. 434, mar. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548> Acesso em: 17 jun. 2021.

PLEYERS, G. Altermundialismo y multiculturalismo: algunas pista de reflexión. In: TOURAINE, A. et al. *Conocimiento e identidad*. Voces de grupos culturales en la investigación social. Barcelona: El Roure, 2004. p. 58-64.

ROBSON, P.; ROQUE, S. (eds.). *Aqui na cidade nada sobra para ajudar*. Luanda: Development Workshop. Occasional Paper n. 3, 2001. Disponível em: https://angonet.org/dw/sites/default/files/online_lib_files/Aqui%20na%20cidade_pt.pdf Acesso em: 10 jun. 2021.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. O. Teorias das Migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12, 2000, Caxambu, Brasil. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969> Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHMITZ, G. O. A migração e o desenvolvimento global: propostas para a organização do debate teórico e construção de uma agenda unificada de pesquisa. *Boletim de Economia e Política Internacional, BEPI*, n. 19, p. 87- 101, jan.-abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5316/1/BEPI_n19_Migra%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 20 jun. 2021.